



# CERS

Resolução de Questões para  
concurso de Polícia Federal

Delegado Federal

---



**CERS**



**AdVerum**  
Suporte Educacional

ACESSE NOSSO SITE: [WWW.CERS.COM.BR](http://WWW.CERS.COM.BR)

## Sumário

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| Como foi a última prova? .....     | 8 |
| Conhecendo a Cebraspe/Cespe; ..... | 9 |
| Resolvendo as questões;.....       | 9 |

## Como se preparar para o Concurso de Delegado de Polícia Federal



A aprovação para o concurso de **Delegado de Polícia Federal** é o sonho de diversos concurseiros em todo o país. Para te ajudar nessa caminhada rumo à sua aprovação, reunimos dicas e explicações importantes de diversos professores do **CERS** para te dar informações valiosíssimas e turbinar sua preparação. Confira!

### **Eduardo Fontes**



Professor do CERS. Coach da Ad Verum. Especialista em Segurança Pública e Direitos Humanos. Aprovado nos concursos de Procurador do Estado de São Paulo e Delegado de Polícia Civil no Paraná. Delegado de Polícia Federal. Autor e coordenador de obras jurídicas. Premiado como melhor Delegado de Polícia do Brasil na categoria jurídica.

### **Rodrigo Perin**



Delegado de Polícia Federal desde 2007. Coach da Ad Verum. Bacharel em Direito pela PUC-Campinas e Pós-Graduado em Direito Processual Civil Individual e Coletivo. Ex-Professor de Direito Constitucional da Faculdade UDC (Foz do Iguaçu), bem como de Direito Constitucional, Penal e Processual Penal nos Cursos preparatórios para concursos públicos Ductor (Campinas) e Vitória (Foz do Iguaçu).

### **Márcio Alberto**



Delegado de Polícia Federal. Professor do CERS. Professor do CICLO/CERS Aracaju. Professor da Escola Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Professor da Faculdade Pio X. Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Especialista em Ciências Criminais pela UNAMA/UVB. Especialista em Inteligência Policial pela ESP/ANP/DPF. Ex-Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina – FACAPE. Ex-Defensor Público do Estado de Alagoas. Ex-Professor da UFS. Ex-Professor da Faculdade de Aracaju – FACAR. Ex-Delegado de Polícia Civil de Sergipe. Ex-Escrivão de Polícia Civil de Sergipe.

### **Patrícia Chalfun**



Delegada da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Professora de Direito Constitucional e Administrativo. Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo - Unisal. Coautora de obras jurídicas para concursos públicos. Palestrante.



### **Ulisses Prates**

Delegado de Polícia Federal Classe Especial (2002), Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017).

Doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019). Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Professor universitário nas áreas Criminal, Processual Civil e Empresarial das Faculdades Integradas Rio Branco/SP (2009). Professor de cursos preparatórios para concursos. DELEGADO FEDERAL (Empresarial e Processo Civil).



### **Ruchester Marreiros**

Delegado de Polícia Civil do Rio de Janeiro; Doutorando em Direitos Humanos na Universidad Nacional de Lomas de Zamora; Autor de livros por diversas editoras.



### **Pedro Augusto Garcia**

Formação Graduação em Direito pela UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense (2015). Pós-graduação em direito tributário – FAVENI (2018). Advogado. É Delegado de Polícia Federal desde 2019. Foi Agente de Polícia Civil – PCSC de 2016-2017.



### **Adriana Menezes**

Procuradora Federal/AGU; Procuradora Chefe da Procuradoria Federal; Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Aprovada e nomeada para os cargos públicos de Fiscal de Tributos Estaduais de Minas Gerais e de Advogado da União; Autora de obras jurídicas pela Editora Juspodivm; Direito Previdenciário; Coleção Tribunais e MPU; Direito Previdenciário QUESTÕES COMENTADAS CESPE; Direito Previdenciário em Questões (500 questões comentadas).



### **Renato de Pretto**

Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos - Instituição Toledo de Ensino de Bauru (2002). Doutor em Direito do Estado pela PUC/SP (2009). Ex-Promotor de Justiça do Estado de Goiás; Aprovado no Concurso para Juiz Substituto do Estado do Paraná; homologado em

novembro/1998; Juiz de Direito titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Campinas/SP e Juiz integrante da 2ª Turma do Colégio Recursal dos Juizados Especiais de Campinas. Juiz Eleitoral da 379 Zona Eleitoral - Campinas. Professor Universitário (PUCCAMP e FACAMP), Professor Assistente do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da Escola Paulista da Magistratura em Campinas e Professor de Direito Tributário do CERS (Complexo de Ensino Renato Saraiva). Coordenador do Núcleo Regional da Escola Paulista da Magistratura em Campinas. Coordenador do Núcleo de Pesquisa Científica em Direito Constitucional da Escola Paulista da Magistratura.

### Rafael Dantas



Delegado de Polícia Federal, mestrando em direito penal pela PUC/SP, autor de obras voltadas a concursos públicos, professor em cursos de pós-graduação e preparatórios para concursos públicos.

Vamos juntos?

## Como foi a última prova?

A última prova para delegado da polícia federal ocorreu em 2018, elaborada banca CESPE, atual CEBRASPE, muito temida pela maioria dos candidatos. Todavia, é importante salientar que é totalmente possível destrinchar as questões propostas pela banca através de estratégias, que serão discutidas ao longo deste conteúdo.

Esta última contou com 500 vagas, sendo destas, 150 destinadas a Delegado da Polícia Federal. A prova contou com 120 questões, sendo estas divididas entre as seguintes áreas: Direito Administrativo, Direito Constitucional, Direito Processual Penal, Direito Civil, Direito Penal, Direito Empresarial/Comercial, Direito Internacional Público, Direito Ambiental, Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Criminologia, Direito Previdenciário, Direito Tributário e Direito Financeiro.



## Conhecendo a Cebraspe/Cespe;

Como já foi dito anteriormente, toda prova de concurso, para ser elaborada, necessita de estratégias. A CESPE é uma banca que elabora provas constituídas de questões que “vão direto ao ponto”, de verdadeiro ou falso e mais aprofundadas, que, por sua vez, englobam em seus conteúdos a legislação, jurisprudência e doutrina; há também a presença de interdisciplinaridade nas provas, ou seja, uma questão pode abordar temas de diferentes disciplinas em conjunto.

A profesora Patrícia Chalfun indica, primordialmente, em relação às provas da CESPE, que se caso você não tiver certeza de alguma questão, não deve chutar, mas deixar em branco, pois uma questão errada anula uma correta.

## Resolvendo as questões;

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### ❖ Questão 1:

Considerando que determinado órgão público, visando aumentar sua eficiência na prestação de serviços, pretenda contratar empresa particular especializada para capacitar seus servidores, julgue o item a seguir, com base nas disposições da legislação que regula a contratação de serviços na administração pública.

Se o serviço for de natureza singular e a empresa possuir notória especialização, a contratação poderá ocorrer por inexigibilidade de licitação.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A professora Patrícia Chalfun analisa, a priori, que está sendo cobrado nesta questão o tema de licitação e serviços públicos e o primeiro passo para resolução é ter em mãos a Lei 8666/93, observando seus artigos 13 e 25.

As palavras chaves para a resolução são: natureza singular, notória especialização e inexigibilidade.

A inexigibilidade é aquela hipótese onde não é possível a concorrência, ou porque o objeto é singular ou porque o fornecedor é singular.

A resposta é alternativa A (CERTO), porque os artigos 13 e 25 da Lei 8666/93 de licitação trazem os conceitos de natureza singular e notória especialização.

❖ **Questão 2;**

Considerando que determinado órgão público, visando aumentar sua eficiência na prestação de serviços, pretenda contratar empresa particular especializada para capacitar seus servidores, julgue o item a seguir, com base nas disposições da legislação que regula a contratação de serviços na administração pública.

Havendo os pressupostos fáticos e jurídicos para a realização de uma licitação, a administração pública poderá selecionar a empresa a ser contratada por meio de pregão eletrônico, desde que o serviço seja qualificado como comum, isto é, seja um serviço cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser objetivamente definido pelo edital.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A priori, é importante ressaltar que a natureza jurídica da inexigibilidade é um ato administrativo e não cabe ao administrador liberdade de escolha entre licitar ou não.

A resposta da questão é a letra A (Certo), isso porque a empresa pode utilizar o pregão para contratar (serviço comum), porque este não está contido na Lei de licitação e possui sua lei própria (10.520/2002). A doutrina classifica como serviço comum aquilo que se acha fácil no mercado e há uma frequência alta de uso pela repartição.

❖ **Questão 3;**

Julgue o seguinte item, relativos ao controle da administração pública.

O exercício do controle judicial sobre os atos da administração pública abrange os exames de legalidade e de mérito desses atos, cabendo ao juiz anulá-los ou revogá-los.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Nesta questão são cobrados conhecimentos acerca de dois temas: atos da administração e controle da administração pública, onde podemos observar a questão da interdisciplinaridade de temas relacionados ao Direito Administrativo. Este assunto, por sua vez, como aponta a professora, possui alta incidência nos concursos em geral.

Quando se fala em controle judicial, trata-se de um controle de legalidade, ou seja,

não se pode falar em revogação, mas no mérito do ato administrativo. Se o ato não foi praticado pelo poder judiciário, ele não pode revogá-lo, pois fere o princípio da separação dos poderes. Porém, é importante atentar ao fato de que tanto o Poder Judiciário quanto o Poder Legislativo exercem de forma atípica a função administrativa e neste caso o Judiciário pode revogar um ato, uma vez que não está controlando outro poder. Através de tais afirmações, observa-se que a resposta desta questão é a letra B (ERRADO).

❖ **Questão 4;**

A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal sob os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade integra o controle externo exercido pelo Poder Legislativo Federal com o auxílio do TCU.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Inicialmente, afirma-se que a questão está certa, ou seja, a resposta é a letra A. O controle pode ser externo ou interno, onde este é realizado pelo próprio poder que realizou o ato e aquele é executado por outro órgão diferente do que praticou o ato. No caso disposto na questão o controle foi auxiliado pelo Tribunal de Contas e quanto ao órgão, tal controle classifica-se como legislativo, o que confere total veracidade a questão.

❖ **Questão 5;**

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item seguinte.

A demissão de servidor público configura sanção aplicada em decorrência do poder de polícia administrativa, uma vez que se caracteriza como atividade de controle repressiva e concreta com fundamento na supremacia do interesse público.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O tema disposto na referida questão diz respeito aos Poderes Administrativos. Os erros que conferem à questão a resposta da letra B, ou seja, errada, relacionam-se principalmente aos seguintes termos: demissão de servidor público e sanção aplicada em decorrência do poder de polícia. Sabe-se que tanto o poder de polícia, quanto o poder disciplinar são prerrogativas da Administração Pública para a aplicação de sanções, todavia o poder disciplinar é fundamentado em uma relação jurídica entre a Administração Pública e agente público ou particular que tenha uma relação especial; o mesmo caso acontece em relação à demissão, onde a supremacia possui destinatário certo. Isso, contudo, não acontece no poder de polícia, onde a sanção é aplicada a qualquer indivíduo que se encontra naquela situação (supremacia geral/ indeterminada).

#### ❖ **Questão 6;**

Em relação aos poderes administrativos, julgue o item seguinte.

Embora possam exercer o poder de polícia fiscalizatório, as sociedades de economia mista não podem aplicar sanções pecuniárias.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A resposta da referida questão é a letra A, uma vez que não se convém particular aplicando o poder de polícia fiscalizatório, posto que este deve ser

aplicado por pessoa jurídica de direito público que convém exercício típico da atividade administrativa de cunho decisório.

❖ **Questão 7;**

João, servidor público responsável pelo setor financeiro de uma autarquia federal, sem observar as formalidades legais necessárias, facilitou a incorporação, ao patrimônio particular de entidade privada sem fins lucrativos, de valores a ela repassados mediante a celebração de parceria.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação e a doutrina a respeito de improbidade administrativa e regime disciplinar do servidor público federal, João poderá ser responsabilizado pela prática de ato de improbidade administrativa causador de prejuízo ao erário.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O tema desta questão é Improbidade Administrativa. A lei 8429/92 prevê em seus artigos 9, 10 e 11 que existem três atos de improbidade, respectivamente: atos que geram enriquecimento ilícito para o agente, os que causam dano ao erário e os que atentam contra os princípios da administração. Além disso, a lei complementar nº 157, de 29.12.2016 acrescentou uma nova espécie de ato de improbidade que causa qualquer prejuízo ao sistema financeiro ou tributário de forma indevida, em relação ao ISS (imposto sobre serviços). Nesse caso João causou o prejuízo, o que confere a resposta da letra A.

❖ **Questão 8;**

João, servidor público responsável pelo setor financeiro de uma autarquia federal, sem observar as formalidades legais necessárias, facilitou a incorporação, ao patrimônio particular de entidade privada sem fins lucrativos, de valores a ela repassados mediante a celebração de parceria.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação e a doutrina a respeito de improbidade administrativa e regime disciplinar do servidor público federal, a pena disciplinar máxima a que João estará sujeito é a suspensão por noventa dias.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A resposta desta questão é a letra B (errado). Aqui a professora diz que não é preciso decorar todas as penas, só é necessário saber a natureza das sanções.

#### ❖ **Questão 9;**

João, servidor público responsável pelo setor financeiro de uma autarquia federal, sem observar as formalidades legais necessárias, facilitou a incorporação, ao patrimônio particular de entidade privada sem fins lucrativos, de valores a ela repassados mediante a celebração de parceria.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação e a doutrina a respeito de improbidade administrativa e regime disciplinar do servidor público federal, João poderá ser condenado, no âmbito judicial, ao ressarcimento integral do dano, à suspensão dos seus direitos políticos e ao pagamento de multa.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A resposta é a letra A, uma vez que como João foi condenado a ressarcir o dano, ele pode ser condenado a suspensão de seus direitos políticos, que nesse caso é de 5 a 8 anos e multa de 2 anos.

❖ **Questão 10;**

João, servidor público responsável pelo setor financeiro de uma autarquia federal, sem observar as formalidades legais necessárias, facilitou a incorporação, ao patrimônio particular de entidade privada sem fins lucrativos, de valores a ela repassados mediante a celebração de parceria.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação e a doutrina a respeito de improbidade administrativa e regime disciplinar do servidor público federal, a responsabilidade de João é objetiva, independentemente da demonstração de culpa ou dolo.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão está errada, o que confere a resposta da letra B, uma vez que a responsabilidade do estado é objetiva e a responsabilidade do agente servidor público é subjetiva, uma vez que pressupõe a responsabilidade do dolo ou culpa. O embasamento dessa questão advém do artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal.

❖ **Questão 11;**

No que se refere aos servidores públicos e aos atos administrativos, julgue o item



que se segue.

Situação hipotética: Um servidor público efetivo em exercício de cargo em comissão foi exonerado *ad nutum* em razão de supostamente ter cometido crime de peculato. Posteriormente, a administração reconheceu a inexistência da prática do ilícito, mas manteve a exoneração do servidor, por se tratar de ato administrativo discricionário.

Assertiva: Nessa situação, o ato de exoneração é válido, pois a teoria dos motivos determinantes não se aplica a situações que configurem crime.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A priori, pode-se afirmar que quem ocupa cargo em comissão pode ser exonerado *ad nutum*. A questão está correta (letra A) porque não fala-se em relação a crime.

#### ❖ **Questão 12;**

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

A responsabilidade civil do Estado pela morte de detento sob sua custódia é objetiva, conforme a teoria do risco administrativo, em caso de inobservância do seu dever constitucional específico de proteção.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A regra acerca do tema disposto nesta questão está proposto no artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal aponta que o Estado responde de forma

objetiva pelos danos causados por seus agentes nesta qualidade. Aqui pode haver duas espécies de condutas: comissiva (ação) e omissiva; no caso desta última o dever era de agir e o agente não o fez. Neste caso a doutrina diz que a responsabilidade é subjetiva, o que confere a resposta da letra B.

❖ **Questão 13;**

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item a seguir.

O Estado não será civilmente responsável pelos danos causados por seus agentes sempre que estes estiverem amparados por causa excludente de ilicitude penal.

A) Certo

B) Errado

O Estado não será civilmente responsável pelo dano de seus agentes. Aqui convém falar a respeito das duas teorias que abordam sobre a responsabilidade civil objetiva:

Teoria do risco administrativo: é a regra. Admite algumas situações em que o estado não vai responder.

Teoria do risco integral: não se admite exclusão da responsabilidade estatal e adotada de forma excepcional.

A grande diferença entre ambas diz respeito a adoção ou não das causas que excluem responsabilidade do estado.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****❖ Questão 1;**

Acerca da disciplina constitucional da segurança pública, do Poder Judiciário, do MP e das atribuições da PF, julgue o seguinte item.

É concorrente a competência da União e dos estados para legislar sobre a organização, os direitos e os deveres das polícias civis dos estados.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O tema desta questão é previsto na parte da Organização do Estado. A priori, é preciso diferenciar acerca de competência privativa e exclusiva; nessa primeira existe a possibilidade de delegação de determinados atos e na segunda não se admite a delegação. A competência concorrente, por sua vez, prevista no artigo 24 da Constituição Federal, é aquela outorgada constitucionalmente a União, estados membros e ao Distrito Federal. A questão está correta levando em consideração o inciso XVI do artigo 24; porém o professor considera tal assertiva passível de impugnação, posto que não é apenas a união e os Estados que legislam tal competência, mas também o Distrito Federal.

**❖ Questão 2;**

Acerca da disciplina constitucional da segurança pública, do Poder Judiciário, do MP e das atribuições da PF, julgue o seguinte item.

Segundo o STF, o MP não possui legitimidade para propor ação civil pública em

matéria tributária em defesa de contribuintes.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A resposta dessa questão confere-se correta, de acordo com a jurisprudência do STF, pois muitas vezes o MP se valia de ação civil pública para matérias tributárias em defesa de contribuinte, objetivando apenas a declaração de inconstitucionalidade de determinado tributo; utilizava-se, muitas vezes a ação civil pública, em detrimento da ação de inconstitucionalidade. Todavia, só pode ser declarado ato de inconstitucionalidade por meio de ação civil pública apenas de forma incidental e nesse caso, como esta ação só estava sendo utilizada para atacar exclusivamente a inconstitucionalidade do tributo, o STF alegou que nesse caso o MP não possui legitimidade para manusear a ação civil pública nas questões de matéria tributária em defesa dos contribuintes.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### ❖ Questão 1;

Acerca da prova no processo penal, julgue o item a seguir.

Na falta de perito oficial para realizar perícia demandada em determinado IP, é suficiente que a autoridade policial nomeie, para tal fim, uma pessoa idônea com nível superior completo, preferencialmente na área técnica relacionada com a natureza do exame.

A) Certo

B) **Errado**

**Comentário:** O tema disposto nesta questão refere-se às provas, disposto no CPP a partir do artigo 155. Segundo o artigo 155, é necessário um perito oficial para a materialização da perícia, contudo na falta de perito oficial, haverá a nomeação de dois peritos não oficiais; isso confere a resposta desta questão referente a letra B (errado).

❖ **Questão 2;**

Acerca da prova no processo penal, julgue o item a seguir.

Por força do princípio da verdade real, se uma autoridade policial determinar que um indiciado forneça material biológico para a coleta de amostra para exame de DNA cujo resultado poderá constituir prova para determinar a autoria de um crime, o indiciado estará obrigado a cumprir a determinação.

A) Certo

B) **Errado**

**Comentário:** A priori, é importante salientar que aquele que é investigado possui o direito de não produzir prova contra si, logo confere-se que esta questão está errada.

❖ **Questão 3;**

Em cada item seguinte , é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com o entendimento dos tribunais superiores acerca das atribuições da PF na persecução criminal e da competência para o

processamento e o julgamento de ação penal.

Uma investigação iniciada no âmbito da polícia judiciária de determinado estado da Federação buscava apurar crime de tortura praticado no interior de uma penitenciária estadual, com violação a direitos humanos. O crime ganhou repercussão internacional e, em razão disso, o IP foi encaminhado à apuração da PF. Nessa situação, a competência para processar e julgar o crime será deslocada para a justiça federal, já que, de regra, a atuação da PF produz tal efeito processual.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O tema desta questão é a Lei 10.446/2002 que trata da atribuição investigativa da polícia federal quando há repercussão internacional ou interestadual que exija repressão uniforme, regulamentando o artigo 144 da CF. Tal lei, portanto, não aborda acerca da competência da PF, mas de sua atribuição. Se não houver a federalização do caso, a polícia federal, com base no artigo 144, investigará o crime, mas a competência será da justiça estadual. Portanto, a resposta é a letra B errado.

#### ❖ **Questão 4;**

Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com o entendimento dos tribunais superiores acerca das atribuições da PF na persecução criminal e da competência para o processamento e o julgamento de ação penal.

O prefeito de determinado município desviou, em proveito próprio, verba federal

transferida e incorporada ao patrimônio municipal. Instaurado o competente IP, os autos foram relatados e encaminhados, pela autoridade policial, à justiça estadual. Nessa situação, agiu corretamente a autoridade policial ao encaminhar os autos à justiça comum estadual, a quem compete o processamento e o julgamento de casos como o relatado.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A resolução desta questão dá-se através da Súmula 209 do STJ. Esta assertiva está correta porque a Súmula 209 propõe que compete a justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

❖ **Questão 5;**

Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada de acordo com o entendimento dos tribunais superiores acerca das atribuições da PF na persecução criminal e da competência para o processamento e o julgamento de ação penal.

Em fiscalização aeroportuária, apreendeu-se grande quantidade de produtos oriundos de país estrangeiro, cuja comercialização é proibida no território nacional. Apurou-se que a entrada, no Brasil, dos produtos contrabandeados ocorreu em local diverso do de sua apreensão. Nessa situação, a competência para o processamento e o julgamento da ação, definida territorialmente, será a do local de entrada dos produtos ilegais no país.

A) Certo

B) **Errado**

**Comentário:** A construção desta assertiva deu-se através do texto da Súmula 151 do STJ. Contrabando é da competência da Justiça Federal e a competência é da justiça federal do local da apreensão das mercadorias e não do local da entrada da mercadoria contrabandeada. Posto isto, é conferida a esta questão a resposta da letra B.

❖ **Questão 6;**

Julgue o seguinte item, a respeito de suspeição e impedimento no âmbito do processo penal.

As hipóteses que impedem o juiz de exercer a sua jurisdição em determinado processo estão vinculadas a fatos e circunstâncias objetivas e subjetivas ligados, em regra, ao próprio processo.

A) Certo

B) **Errado**

**Comentário:** Segundo o CPP, afasta o juiz em caso de pedido compatível ou suspeito. Em situação de impedimento, fala-se de situações objetivas encontradas no artigo 252 do CPP que são "endo processuais"; a incompatibilidade, fala-se em relações de parentesco em juízos coletivos; já em suspeição fala-se em circunstâncias subjetivas extraprocessuais. A falha desta questão refere-se ao fato de que aqui, fala-se em impedimento relacionado a situações subjetivas e objetivas e como viu-se, as subjetivas são ligadas a suspeição.



❖ **Questão 7;**

Julgue o seguinte item, a respeito de suspeição e impedimento no âmbito do processo penal.

As hipóteses de suspeição do juiz se referem a fatos e circunstâncias de origem externa ao processo e que poderão influenciar na decisão do órgão julgador.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Aqui tem-se hipótese de suspeição ligada a circunstâncias de origem externa extra processuais. Como viu-se, estas estão ligadas ao artigo 253 do CPP, o que confere a resposta da letra A (certo).

❖ **Questão 8;**

Julgue o seguinte item, a respeito de suspeição e impedimento no âmbito do processo penal.

O fato de não ser cabível a oposição de exceção de suspeição à autoridade policial na presidência do IP faz, por consequência, que não sejam cabíveis as hipóteses de suspeição em investigação criminal.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Para a resolução desta questão, é importante fazer a leitura do artigo 107 do CPP. A impossibilidade de oposição de suspeição não faz com que esta simplesmente desapareça quando fala-se de inquérito policial, as autoridades policiais devem se declarar suspeitas quando houver motivo legal, o que confere a resposta da letra B (errado) para a questão.

❖ **Questão 9;**

Acerca de prisão, de liberdade provisória e de fiança, julgue o próximo item de

acordo com o entendimento do STF e a atual sistemática do Código de Processo Penal.

Situação hipotética: Um cidadão foi preso em flagrante pela prática do crime de corrupção ativa. A autoridade policial, no prazo legal do IP, remeteu os autos ao competente juízo, quando foi decretada a prisão preventiva do indiciado.

Assertiva: Nessa situação, estão preenchidos os requisitos legais para a concessão da fiança, razão por que ela poderá ser concedida como contracautela da prisão anteriormente decretada.

A) Certo

B) **Errado**

**Comentário:** A priori, pode-se afirmar que esta assertiva está errada porque se houve prisão em flagrante, há o encaminhamento desse auto de prisão em flagrante ao juízo para a materialização de audiência de custódia. No âmbito da audiência de custódia o juízo terá os seguintes caminhos: se a prisão for ilegal, deve-se relaxar a prisão; se a prisão for legal mas desnecessária, deverá ser concedida liberdade provisória com ou sem fiança, a depender da situação; se a prisão for necessária, o juiz deverá converter a prisão em flagrante em prisão preventiva se os requisitos da prisão preventiva estiverem presentes. Nesta situação hipotética presente no quesito a prisão preventiva fora decretada, havendo conversão do flagrante em preventiva e se o juiz entendeu a necessidade de continuidade do cárcere é porque não haverá concessão de liberdade provisória mediante arbitramento de fiança, o que confere caminhos incompatíveis trazidos no quesito, conferindo, portanto o

item B (errado).

❖ **Questão 10;**

Acerca de prisão, de liberdade provisória e de fiança, julgue o próximo item de acordo com o entendimento do STF e a atual sistemática do Código de Processo Penal.

Situação hipotética: A polícia foi informada da possível ocorrência de crime em determinado local. Por determinação da autoridade policial, agentes se dirigiram ao local e aguardaram o desenrolar da ação criminosa, a qual ensejou a prisão em flagrante dos autores do crime quando praticavam um roubo, que não chegou a ser consumado. Foi apurado, ainda, que se tratava de conduta oriunda de grupo organizado para a prática de crimes contra o patrimônio.

Assertiva: Nessa situação, o flagrante foi lícito e configurou hipótese legal de ação controlada.

A) Certo

**B) Errado**

**Comentário:** De fato, o flagrante descrito no quesito foi lícito mas não há hipótese de utilização da técnica de ação controlada, posto que não há um flagrante retardado, o flagrante narrado no quesito é esperado.

O flagrante retardado decorre da utilização da técnica de ação controlada (retardamento da abordagem), que não foi o caso descrito no quesito. O erro aqui, portanto, está no ponto em que fala-se da utilização da técnica de ação controlada, que confere a resposta da letra B (errado).

❖ **Questão 11;**

Acerca de prisão, de liberdade provisória e de fiança, julgue o próximo item de acordo com o entendimento do STF e a atual sistemática do Código de Processo Penal.

A inafiançabilidade nos casos de crimes hediondos não impede a concessão judicial de liberdade provisória, impedindo apenas a concessão de fiança como instrumento de obtenção dessa liberdade.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Dizer que um crime é inafiançável não significa dizer que é impossível a concessão da liberdade provisória; portanto, é possível concessão de liberdade provisória sem fiança, o que confere a resposta da letra A (correto).

❖ **Questão 12;**

Acerca de execução penal, de crimes de abuso de autoridade, de crimes contra a criança e o adolescente e de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, julgue o item que se segue.

Caberá recurso de apelação contra decisão do juízo da execução penal que indeferir pedido de livramento condicional ao apenado.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A dica para a resolução desta questão é a seguinte: toda vez que for observada a execução penal na questão, a marcação correta é o agravo em

execução recurso que desafia as decisões do juiz da execução penal. Percebe-se, portanto, que a resposta desta questão é a letra B (errado).

❖ **Questão 13;**

Com referência à interceptação de comunicação telefônica, ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ao crime de lavagem de capitais e a crimes cibernéticos, julgue o seguinte item.

A interceptação da comunicação telefônica poderá ser realizada de ofício pela autoridade policial desde que o IP tenha como objetivo investigar crime hediondo, organização criminosa ou tráfico ilícito de entorpecentes.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A priori, pode-se afirmar que interceptação telefônica é cláusula de reserva jurisdicional, o que confere que a assertiva está errada (letra B).

❖ **Questão 14;**

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada acerca de procedimentos dos juizados especiais criminais e de apuração de ato infracional.

Em fiscalização de rotina, policiais militares constataram que Rebeca conduzia em seu veículo dois papagaios capturados em floresta próxima, sem licença ou autorização de autoridade competente. Rebeca e os animais foram conduzidos à delegacia de polícia mais próxima. Nessa situação, o delegado deverá apreender os animais e, caso Rebeca se comprometa a comparecer, em dia e horário

marcados, perante o juizado especial criminal, ele deverá lavrar termo circunstanciado da ocorrência e conceder liberdade a Rebeca, independentemente de fiança.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Para a resolução desta questão é importante o estudo do artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais, que preceitua que essa infração descrita na questão é de menor potencial ofensivo; onde o inquérito policial pode ser substituído pelo termo circunstanciado, não lavrando-se ato de prisão em flagrante se o indivíduo for imediatamente encaminhado ao juizado especial criminal, ou se ele se comprometer a aparecer perante ao juízo quando for intimado para tal. Mostra-se, portanto, que foi correta a postura do delegado perante a situação, conferindo, portanto, a assertiva estar correta (letra A).

❖ **Questão 15;**

Delegado da PF instaurou IP para apurar crime cometido contra órgão público federal. Diligências constataram sofisticado esquema de organização criminosa criada com a intenção de fraudar programa de responsabilidade desse ente público. Com base nessas informações e com relação à prática de crime por organização criminosa, julgue o item seguinte.

Se algum dos indiciados no âmbito desse IP apresentar elementos que justifiquem a celebração de acordo de colaboração premiada, e se a situação permitir a concessão do benefício a esse indiciado, o próprio delegado que estiver à frente

da investigação poderá celebrar diretamente o acordo, devendo submetê-lo à homologação judicial.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O delegado de polícia possui legitimidade de celebrar acordo de colaboração premiada e nessa hipótese o parecer do MP é meramente opinativo (não vincula); o que confere que esta assertiva está correta (letra A).

## DIREITO CIVIL

### ❖ **Questão 1;**

Diante da existência de normas gerais sobre determinado assunto, publicou-se oficialmente nova lei que estabelece disposições especiais acerca desse assunto. Nada ficou estabelecido acerca da data em que essa nova lei entraria em vigor nem do prazo de sua vigência. Seis meses depois da publicação oficial da nova lei, um juiz recebeu um processo em que as partes discutiam um contrato firmado anos antes.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A nova lei começou a vigorar no país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada e permanecerá em vigor até que outra lei a modifique ou a revogue.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O tema desta questão refere-se ao início da vigência da lei e nesta situação descrita o legislador é omissivo em relação a data em que a lei nova entrou em vigor. Segundo a LINDB, após a publicação da lei, esta começa a vigorar no país 45 dias após ser publicada, conferindo, portanto, que a assertiva está correta (letra B).

❖ **Questão 2;**

Diante da existência de normas gerais sobre determinado assunto, publicou-se oficialmente nova lei que estabelece disposições especiais acerca desse assunto. Nada ficou estabelecido acerca da data em que essa nova lei entraria em vigor nem do prazo de sua vigência. Seis meses depois da publicação oficial da nova lei, um juiz recebeu um processo em que as partes discutiam um contrato firmado anos antes.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir, considerando o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

O caso hipotético configura repristinação, devendo o julgador, por isso, diante de eventual conflito de normas, aplicar a lei mais nova e específica.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O tema desta questão é repristinação (Instituto jurídico que ocorre quando uma lei revogada volta a vigorar após a lei que a revogou perder sua



validade). No Brasil, como regra, esta não ocorre, em regra e para ocorrer deve ser expressamente mencionada. No exemplo da questão não é citado, portanto, a assertiva está incorreta (letra B).

## DIREITO PENAL

### ❖ Questão 1;

Julgue o item seguinte, relativos a institutos complementares do direito empresarial, teoria geral dos títulos de crédito, responsabilidade dos sócios, falência e recuperação empresarial.

Os livros comerciais, os títulos ao portador e os transmissíveis por endosso equiparam-se, para fins penais, a documento público, sendo a sua falsificação tipificada como crime.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está correta (letra A), segundo o artigo 297 do CP.

### ❖ Questão 2;

Julgue o item seguinte, relativos a institutos complementares do direito empresarial, teoria geral dos títulos de crédito, responsabilidade dos sócios, falência e recuperação empresarial.

O condenado por crime falimentar fica impedido de atuar como empresário

individual ou mesmo de ser sócio em sociedade limitada, ainda que não exerça função de gerência ou de administração.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O tema desta questão refere-se a Lei 11.101/2005 que propõe que há a impossibilidade de gerir a empresa, não de atuar como empresário como sócio, o que confere que a questão está errada (letra B).

### ❖ **Questão 3;**

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Diogo, condenado a sete anos e seis meses de reclusão pela prática de determinado crime, deve iniciar o cumprimento da pena no regime semiaberto. Todavia, na cidade onde se encontra, só há estabelecimento prisional adequado para a execução da pena em regime fechado. Nessa situação, o juiz poderá determinar que Diogo inicie o cumprimento da pena no regime fechado.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está errada (letra B), levando em consideração a Súmula Vinculante 56 e neste caso, Diogo cumpriria sua pena em regime aberto ou domiciliar.

❖ **Questão 4;**

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Manoel praticou conduta tipificada como crime. Com a entrada em vigor de nova lei, esse tipo penal foi formalmente revogado, mas a conduta de Manoel foi inserida em outro tipo penal. Nessa situação, Manoel responderá pelo crime praticado, pois não ocorreu a abolitio criminis com a edição da nova lei.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Aqui há um conflito de leis penais no tempo. A assertiva está correta uma vez que a conduta não foi revogada, migrando para outro dispositivo e não havendo abolitio criminis.

❖ **Questão 5;**

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Elton, pretendendo matar dois colegas de trabalho que exerciam suas atividades em duas salas distintas da dele, inseriu substância tóxica no sistema de ventilação dessas salas, o que causou o óbito de ambos em poucos minutos. Nessa situação,

Elton responderá por homicídio doloso em concurso formal imperfeito.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão está correta (letra A), posto que observa-se no disposto um concurso formal (artigo 70, CP).

❖ **Questão 6;**

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Sílvio, maior e capaz, entrou em uma loja que vende aparelhos celulares, com o propósito de furtar algum aparelho. A loja possui sistema de vigilância eletrônica que monitora as ações das pessoas, além de diversos agentes de segurança. Sílvio colocou um aparelho no bolso e, ao tentar sair do local, um dos seguranças o deteve e chamou a polícia. Nessa situação, está configurado o crime impossível por ineficácia absoluta do meio, uma vez que não havia qualquer chance de Sílvio furtar o objeto sem que fosse notado.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Nesta questão é cobrado o tema de crime impossível. A questão está errada (letra B) porque não pode-se falar em crime impossível pela simples existência de sistema de vídeo de monitoramento e segurança no local, uma vez

que havia possibilidade de consumação do crime.

❖ **Questão 7;**

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Cristiano, maior e capaz, roubou, mediante emprego de arma de fogo, a bicicleta de um adolescente, tendo-o ameaçado gravemente. Perseguido, Cristiano foi preso, confessou o crime e voluntariamente restituiu a coisa roubada. Nessa situação, a restituição do bem não assegura a Cristiano a redução de um a dois terços da pena, pois o crime foi cometido com grave ameaça à pessoa.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão aborda sobre arrependimento posterior (artigo 16, CP). Neste caso proposto não cabe arrependimento posterior porque o autor do crime roubou a bicicleta mediante violência.

❖ **Questão 8;**

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

Ronaldo, maior e capaz, e outras três pessoas, também maiores e capazes, furtaram

um veículo que estava parado em um estacionamento público. Depois de terem retirado pertences do veículo, o abandonaram perto do local do assalto. O grupo foi preso. Constatou-se que Ronaldo era réu primário, tinha bons antecedentes e que agira por coação dos outros elementos do grupo. Nessa situação, se a coação foi resistível, se houver confissão do crime e se as circunstâncias atenuantes preponderarem sobre as agravantes, a pena de Ronaldo poderá ser reduzida para abaixo do mínimo legal.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão cobra o conhecimento de súmula do STJ e das agravantes e atenuantes genéricas do CP. A coação irresistível e a confissão espontânea são atenuantes genéricas e incidem na segunda fase da dosimetria da pena, não podendo esta pena ser trazida aquém do mínimo legal nem aumentar acima do máximo ( Súmula 231 STJ), o que confere a tal assertiva a resposta da letra B (errada).

#### ❖ **Questão 9;**

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de aplicação de pena, cominação de penas, regime de penas, medidas de segurança e livramento condicional.

Valter, maior e capaz, foi preso preventivamente em uma das fases de uma operação policial. Ele já era réu em outras três ações penais e estava indiciado em

mais dois outros IPS. Nessa situação, as ações penais em curso podem ser consideradas para eventual agravamento da pena-base referente ao crime que resultou na prisão preventiva de Valter, mas os IPS não podem ser considerados para essa mesma finalidade.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Nesta questão, não há a possibilidade de agravar a pena do autor do delito em curso apenas em razão das ações penais em curso ou dos inquéritos policiais, tendo como base para isso a Súmula 444 do STJ, onde até o trânsito em julgado, deve ser considerada a presunção de inocência da pessoa.

❖ **Questão 10;**

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de aplicação de pena, cominação de penas, regime de penas, medidas de segurança e livramento condicional.

Flávio, maior e capaz, condenado a pena de doze anos pela prática de homicídio doloso qualificado, iniciou o cumprimento da pena em regime fechado. Durante a execução da pena, ele apresentou comportamento excelente e colaborativo, por isso, após o período mínimo para a progressão de regime, seu advogado requereu ao juiz a passagem de Flávio para o regime aberto. Nessa situação, o pedido não poderá ser atendido: a progressão do regime prisional de Flávio deverá ser para o regime semiaberto.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Neste caso disposto, o advogado requereu uma progressão persalto, que é vedada pela súmula 491 do STJ. O que confere que esta assertiva está correta (letra A).

❖ **Questão 11;**

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de aplicação de pena, cominação de penas, regime de penas, medidas de segurança e livramento condicional.

Bruna, de vinte e quatro anos de idade, processada e julgada pela prática do crime de latrocínio, foi absolvida ao final do julgamento, por ter sido considerada inimputável, apesar de sua periculosidade. Nessa situação, mesmo tendo Bruna sido absolvida, o juiz pode impor-lhe medida de segurança.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão cobra a questão da absolvição imprópria junto com a inimputabilidade. A assertiva está correta (letra A) porque o fato de haver essa absolvição imprópria não impede a imposição de medida de segurança.

❖ **Questão 12;**

Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos



tribunais superiores a respeito de exclusão da culpabilidade, concurso de agentes, prescrição e crime contra o patrimônio.

Arnaldo, gerente de banco, estava dentro de seu veículo juntamente com familiares quando foi abordado por dois indivíduos fortemente armados, que ameaçaram os ocupantes do veículo e exigiram de Arnaldo o fornecimento de determinada senha para a realização de uma operação bancária, o que foi por ele prontamente atendido. Nessa situação, o uso da senha pelos indivíduos para eventual prática criminosa excluirá a culpabilidade de Arnaldo.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A priori, é importante lembrar que o direito não pode exigir sacrifícios desproporcionais às pessoas nesta questão há a presença de uma conduta desproporcional. Neste caso há a exclusão de culpabilidade porque não poderia nesta situação exigir uma conduta diversa da que Arnaldo teve. Tendo em vista isso, a assertiva está correta (letra A).

### ❖ **Questão 13;**

Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de exclusão da culpabilidade, concurso de agentes, prescrição e crime contra o patrimônio.

Clara, tendo descoberto uma traição amorosa de seu namorado, comentou com sua amiga Aline que tinha a intenção de matá-lo. Aline, então, começou a instigar

Clara a consumir o pretendido. Nessa situação, se Clara cometer o crime, Aline poderá responder como partícipe do crime.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão obra as formas de participação no direito penal (auxílio material ou moral). No caso disposto na questão, Aline instigou Clara que já estava com a intenção. Aqui, basta que clara pratique um ato típico e ilícito para que clara seja partícipe, o que confere a assertiva correta (letra A).

#### ❖ **Questão 14;**

Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de exclusão da culpabilidade, concurso de agentes, prescrição e crime contra o patrimônio.

Júnior, maior e capaz, foi processado e julgado pelo crime de estelionato. Tendo verificado que Júnior tinha sido condenado pelo mesmo crime havia dois anos, o juiz aumentou a pena em um terço. Nessa situação, o aumento da pena não influirá no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A CESPE/CEBRASPE, após alguns recursos, propôs que esta questão está errada (letra B), pois havendo o aumento de pena pela reincidência, haverá

influência no prazo da prescrição da pretensão punitiva superveniente ou retroativa.

## DIREITO EMPRESARIAL

### ❖ Questão 1;

Julgue o item seguinte, relativos a institutos complementares do direito empresarial, teoria geral dos títulos de crédito, responsabilidade dos sócios, falência e recuperação empresarial.

A sentença que decreta a falência ou concede a recuperação judicial é condição objetiva de punibilidade das infrações penais previstas na Lei de Recuperação de Empresas.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Aqui, se a fiscalização vai até o estabelecimento empresarial e constata a falta de escrituração mas ainda não foi decretada a falência ou a recuperação judicial, não será possível a punição ainda por crime falimentar, logo a assertiva está correta (letra A), tendo em vista o artigo 183 da Lei 11.101.

**DIREITO INTERNACIONAL****❖ Questão 1;**

Julgue o item a seguir, relativos a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

O visto concedido por autoridade diplomática constitui mera expectativa de direito do estrangeiro, que pode, ainda assim, ser inadmitido no país. Por outro lado, se admitido o estrangeiro em seu território, o país passa a ter deveres em relação a ele, em maior ou menor grau, conforme a natureza do ingresso.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está certa, tendo em vista o artigo 6º da Lei de migração 13345/17.

**❖ Questão 2;**

Julgue o item a seguir, relativos a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

A soberania de Estado costeiro sobre o seu mar territorial abrange não apenas as águas, mas também o leito do mar, seu subsolo e o espaço aéreo correspondente, devendo tal Estado, contudo, admitir o direito de passagem inocente de navios mercantes ou de guerra de qualquer outro Estado.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está certa (letra A), conforme dita o artigo 3º da Lei 8617/93.

❖ **Questão 3;**

Julgue o item a seguir, relativos a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

Por não admitir extradição de brasileiros para que sejam julgados em corte internacional que admita pena de caráter perpétuo, o Brasil não manifestou adesão ao Tratado de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Essa questão está errada, pois o Brasil manifestou adesão ao Tratado de Roma, de acordo com o Decreto nº 4.388 de 25 de Setembro de 2002 que promulga o estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

❖ **Questão 4;**

Julgue o item a seguir, relativos a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

Asilo político, cuja concessão independe de reciprocidade, é o acolhimento, pelo Estado, de estrangeiro perseguido em outros lugares — não necessariamente em seu próprio país — por dissidência política, entre outros motivos.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está certa, pois a lei de migração 13445 em seu artigo 27 prevê que o asilo político poderá ser diplomático ou territorial e será outorgado como instrumento de proteção à pessoa.

❖ **Questão 5;**

Julgue o item a seguir, relativos a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

Os atos internacionais específicos que complementam a Convenção de Palermo incluem o Protocolo Adicional, relativo à prevenção, repressão e punição ao tráfico de pessoas, já incorporado ao direito brasileiro com eficácia de lei complementar, por tratar de direitos fundamentais.

A) Certo

B) **Errado**

**Comentário:** Esta questão está errada (letra B), uma vez que em regra, os tratados internacionais são recepcionados com status de Lei Ordinária.

❖ **Questão 6;**

Julgue o item a seguir, relativos a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

A Convenção de Palermo, um instrumento internacional multilateral e solene, foi promulgada pelo Congresso Nacional brasileiro e ratificada, no âmbito interno, por decreto.

A) Certo

B) Errado

Comentário: A questão está correta, levando em consideração o Decreto nº 5.015.

## DIREITO AMBIENTAL

### ❖ Questão 1;

Acerca de tráfico ilícito de entorpecentes, crimes contra o meio ambiente, crime de discriminação e preconceito e crime contra o consumidor, julgue o próximo item.

Pessoa jurídica que praticar crime contra o meio ambiente por decisão do seu órgão colegiado e no interesse da entidade poderá ser responsabilizada penalmente, embora não fique necessariamente sujeita às mesmas sanções aplicadas às pessoas físicas.

A) Certo

B) Errado

Comentário: O tema desta questão é o artigo 3º da lei 9605 e sua resposta é mera repetição deste respectivo artigo. A resposta é a letra A (correto).

## ESTATUTO DO IDOSO

### ❖ Questão 1;

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma

assertiva a ser julgada com relação a crime de tortura, crime hediondo, crime previdenciário e crime contra o idoso.

Atuando como procurador de sua tia Bernardete — senhora aposentada de sessenta e três anos de idade, que se encontrava em pleno gozo de suas faculdades mentais —, Arquimedes, para satisfazer suas necessidades pessoais, passou a se apropriar dos valores da aposentadoria da tia. Nessa situação, o ato praticado por Arquimedes não caracteriza crime de apropriação indébita previdenciária, tipificado pelo Código Penal, mas sim crime contra o idoso, tipificado pelo Estatuto do Idoso.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está correta (letra B) porque há, efetivamente no estatuto do idoso um dispositivo semelhante a apropriação indébita (art. 168). Há previsão no artigo 102 da Lei 10.741/2003 que a aposentadoria do idoso se presta a sua manutenção diária, não para a utilização de outrem; na questão há o exemplo de apropriação indébita envolvendo valores do idoso.

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### ❖ Questão 1;

Com referência à interceptação de comunicação telefônica, ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ao crime de lavagem de capitais e a crimes cibernéticos, julgue



o seguinte item.

Segundo entendimento do STJ, o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional análogo ao tráfico de entorpecentes não ficará necessariamente sujeito à imposição de medida socioeducativa de internação.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão aborda a lei 8069/90 e traz como tema o tráfico ilícito de entorpecentes. Esta assertiva está correta (letra A) levando em consideração a Súmula 492 do STJ.

#### ❖ **Questão 2;**

Com referência à interceptação de comunicação telefônica, ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, ao crime de lavagem de capitais e a crimes cibernéticos, julgue o seguinte item.

Segundo entendimento do STJ, o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional análogo ao tráfico de entorpecentes não ficará necessariamente sujeito à imposição de medida socioeducativa de internação.

Um adolescente apreendido em flagrante de ato infracional análogo ao crime de roubo foi imediatamente conduzido a uma delegacia especializada. Nessa situação, a autoridade policial deverá lavrar o boletim de ocorrência circunstanciado, e, na presença dos pais ou do responsável, o adolescente, após assinar termo de compromisso e de responsabilidade, deverá ser imediatamente posto em liberdade.

A) Certo

**B) Errado**

**Comentário:** Esta questão está errada (letra B) porque o ECA prevê que em hipóteses de prática de ato infracional com violência ou grave ameaça deverá o delegado de polícia lavrar o auto de apreensão (AAAPAI) e em outras situações sem a violência ou grave ameaça, será lavrado um boletim de ocorrência circunstanciado.

**CRIMONOLOGIA**

❖ **Questão 1;**

Julgue o item a seguir, relativos a modelos teóricos da criminologia.

Conforme a teoria ecológica, crime é um fenômeno natural e o criminoso é um delinquente nato possuidor de uma série de estigmas comportamentais potencializados pela desorganização social.

A) Certo

**B) Errado**

**Comentário:** Esta questão está errada porque a teoria ecológica decorre da escola de Chicago e é uma teoria do consenso. Aqui, criminoso é fruto do ambiente em que vive; atribuindo a sociedade e não ao indivíduo o fenômeno do crime.

❖ **Questão 2;**

Julgue o item a seguir, relativos a modelos teóricos da criminologia.

De acordo com a teoria da anomia, o crime se origina da impossibilidade social do indivíduo de atingir suas metas pessoais, o que o faz negar a norma imposta e criar suas próprias regras, conforme o seu próprio interesse.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está correta (letra A) porque esta é uma teoria que integra as teorias do consenso e anomia significa "ausência de lei", trazendo a ideia de iniquidade, injustiça e desordem; onde o sujeito não aceita as normas impostas pela sociedade.

❖ **Questão 3;**

Julgue o item a seguir, relativos a modelos teóricos da criminologia.

Para a teoria da reação social, o delinquente é fruto de uma construção social, e a causa dos delitos é a própria lei; segundo essa teoria, o próprio sistema e sua reação às condutas desviantes, por meio do exercício de controle social, definem o que se entende por criminalidade.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Teoria da reação social é também conhecida como teoria da rotulação social, ligada a estigmatização do Direito Penal. Para esta, criminoso é aquele indivíduo que devido a prática da conduta, a sociedade lhe dá esse rótulo de criminoso a tal. A criminalidade é ligada ao próprio controle social, o que confere que esta assertiva está correta (letra A).

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

### ❖ Questão 1;

Roberto é empregado da empresa XYZ ME há trinta anos e pretende requerer ao INSS, em 1.º/10/2018, a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Na situação descrita, o recolhimento mensal à seguridade social relativo ao empregado Roberto é composto pela parte arcada pelo empregado e pela parte arcada pelo empregador, sendo esta última correspondente a 20% do total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a Roberto durante o mês.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão está correta porque o art. 22, inciso 1 da lei 8212 traz a contribuição da empresa incidente sobre a remuneração de seus empregados, correspondente a 20% da totalidade dessa remuneração; logo a parte da empresa recolhe 20% sobre a remuneração de Roberto.

### ❖ Questão 2;

Roberto é empregado da empresa XYZ ME há trinta anos e pretende requerer ao INSS, em 1.º/10/2018, a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O salário de contribuição de Roberto corresponde ao valor de sua remuneração, respeitados os limites mínimo e máximo desse salário.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão está correta (letra A), uma vez que o salário de contribuição é a base de cálculo da contribuição do segurado.

❖ **Questão 3;**

Um segurado da previdência social, filiado em 1.º/3/2010, sofreu acidente de trabalho em 1.º/4/2010. Em 1.º/5/2010, lhe foi concedido, pelo INSS, auxílio-doença, contabilizado desde a data do seu acidente até o dia 1.º/4/2011. Em 1.º/8/2018, o INSS revisou o ato administrativo de concessão desse benefício.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Na revisão, o INSS não poderia anular o referido ato administrativo, salvo se tivesse comprovado má-fé, dada a ocorrência da decadência, uma vez que havia transcorrido mais de cinco anos desde a concessão do benefício.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está errada porque o prazo decadencial para o INSS anular os atos administrativos que sejam favoráveis ao beneficiário é de 10 anos contados da data do ato administrativo (artigo 102 da lei 8.213).

❖ **Questão 4;**

Um segurado da previdência social, filiado em 1.º/3/2010, sofreu acidente de

trabalho em 1.º/4/2010. Em 1.º/5/2010, lhe foi concedido, pelo INSS, auxílio-doença, contabilizado desde a data do seu acidente até o dia 1.º/4/2011. Em 1.º/8/2018, o INSS revisou o ato administrativo de concessão desse benefício.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Considere que o INSS, após a revisão do ato administrativo, tenha decidido pela sua anulação, sob o fundamento de que o segurado não haveria cumprido carência. Nessa situação, o fundamento utilizado pelo INSS não é procedente, pois o auxílio-doença independe de carência.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** O auxílio doença, em regra, exige carência de 12 contribuições mensais porém quando a incapacidade temporária do segurado vier decorrer de acidente ou doenças elencadas na portaria dos ministérios da saúde e da economia de acordo com os critérios previstos no art. 151 da lei 8213, não há carência. Nesse caso descrito na questão, o segurado possui direito ao auxílio por incapacidade temporária pois sofreu um acidente, por isso a questão está certa (letra A).

## DIREITO TRIBUTÁRIO

### ❖ Questão 1;

Acerca de crédito tributário, competência tributária e Sistema Tributário Nacional,

julgue o próximo item.

Depósito judicial do montante integral do crédito tributário é causa suspensiva de exigibilidade.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está correta, no que toca o depósito judicial do montante tributário como causa de suspensão do crédito tributário, como está previsto no artigo 151 do Código tributário Nacional (causa suspensiva do crédito tributário).

❖ **Questão 2;**

Acerca de crédito tributário, competência tributária e Sistema Tributário Nacional, julgue o próximo item.

As isenções tributárias onerosas e concedidas por prazo certo geram direito adquirido à sua fruição pelo beneficiário, no prazo em que for estipulado, desde que ele cumpra as condições previstas na lei.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Este enunciado é correto (letra A) pois deriva da redação do artigo 178 do CTN, onde a isenção, ao lado da anistia é uma causa de exclusão do crédito tributário por força do artigo 175 do CTN e as isenções podem ser concedidas e revogadas como regra livremente basta a posição política do Poder Executivo ou do Poder Legislativo.

❖ **Questão 3;**

Acerca de crédito tributário, competência tributária e Sistema Tributário Nacional, julgue o próximo item.

Os estados e os municípios estão imunes à instituição de contribuições sociais, pela União, sobre os seus serviços.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está incorreta porque a imunidade tributária recíproca, que significa que um ente federado não pode exigir do outro imposto e no enunciado aparece a nomenclatura de contribuição ao invés de imposto.

❖ **Questão 4;**

A empresa XZY Ltda., contribuinte do ICMS, pagava mensalmente esse tributo a determinado estado da Federação, no dia 15 de cada mês. No dia 30/6/2017, esse estado editou ato normativo que alterava a data do pagamento do referido tributo para o dia 10 de cada mês, entrando tal ato em vigor no dia 1.º/7/2017. Sem saber da alteração, a empresa XZY Ltda. pagou o tributo no dia 15/7/2017, o que acarretou multa e juros de mora pelo pagamento com atraso.

Nessa situação hipotética, a antecipação do prazo para o pagamento do ICMS só poderia ter sido feita por lei e somente poderia ter entrado em vigor no exercício financeiro seguinte.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Este enunciado está errado porque, segundo o enunciado, houve



alteração do prazo para o pagamento do tributo, tal alteração não se submete a legalidade tributária nem a anterioridade tributária, onde tais princípios são inaplicáveis nesse caso.

❖ **Questão 5;**

A empresa XZY Ltda., contribuinte do ICMS, pagava mensalmente esse tributo a determinado estado da Federação, no dia 15 de cada mês. No dia 30/6/2017, esse estado editou ato normativo que alterava a data do pagamento do referido tributo para o dia 10 de cada mês, entrando tal ato em vigor no dia 1.º/7/2017. Sem saber da alteração, a empresa XZY Ltda. pagou o tributo no dia 15/7/2017, o que acarretou multa e juros de mora pelo pagamento com atraso.

Nessa situação hipotética, a penalidade pecuniária aplicada à empresa XZY Ltda. pelo pagamento do ICMS com atraso constitui uma obrigação acessória.

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** Esta questão está errada porque esta penalidade pecuniária (multa tributária) é classificada como uma obrigação tributária principal (pagamento do tributo ou penalidade pecuniária), não sendo, portanto, uma obrigação acessória, mas principal.

DIREITO FINANCEIRO

❖ **Questão 1;**

Considere que, ao final de 2017, um município brasileiro tenha apresentado as informações precedentes, relativas à execução orçamentária e financeira naquele exercício financeiro. Com referência a essas informações, julgue o item que se segue.

O total de despesas de capital foi de R\$ 6.000.000.

| receitas arrecadadas                               | RS mil |
|--|--------|
| IPTU   | 14.000 |
| cota-parte no fundo de participação dos municípios | 5.000  |
| taxas  | 2.000  |
| aluguéis   | 2.000  |
| tarifas e preços públicos                          | 1.000  |
| vendas de bens imóveis                             | 1.000  |
|  |        |
| despesas empenhadas                                | RS mil |
| pessoal  | 15.000 |
| despesas de custeio                                | 3.000  |
| juros e encargos da dívida                         | 1.000  |
| obras públicas                                     | 3.000  |
| amortização da dívida                              | 3.000  |

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A assertiva está correta, pois há duas despesas de capital (obras públicas e amortização da dívida) e essas duas despesas somadas resultam em 6.000.000.

❖ **Questão 2;**

Considere que, ao final de 2017, um município brasileiro tenha apresentado as informações precedentes, relativas à execução orçamentária e financeira naquele exercício financeiro. Com referência a essas informações, julgue o item que se segue.

| receitas arrecadadas                               | R\$ mil |
|--|---------|
| IPTU   | 14.000  |
| cota-parte no fundo de participação dos municípios | 5.000   |
| taxas  | 2.000   |
| aluguéis   | 2.000   |
| tarifas e preços públicos                          | 1.000   |
| vendas de bens imóveis                             | 1.000   |

  

| despesas empenhadas        | R\$ mil |
|----------------------------|---------|
| personal                   | 15.000  |
| despesas de custeio        | 3.000   |
| juros e encargos da dívida | 1.000   |
| obras públicas             | 3.000   |
| amortização da dívida      | 3.000   |

A) Certo

B) Errado

**Comentário:** A questão está errada, posto que a soma das receitas originárias (aluguéis, tarifas e preços públicos e vendas de bens imóveis) resulta no valor de 4.000.000, o que diverge do valor disposto na questão de 8.000.000.



**TEM MUITO MAIS CONTEÚDO ESPERANDO  
POR VOCÊ NO CERS.**



### **CURSOS COMPLETOS**

A preparação mais completa para concurseiros de verdade. Para que procura estar preparados a qualquer momento, até mesmo na expectativa do edital.



### **CURSOS DE EDITAL E PRÉ-EDITAL**

Se você possui foco no seu objetivo, no CERS você também encontra preparatórios específicos para o edital ou pré-edital do tão esperado concurso.



### **ASSINATURAS**

O conteúdo mais completo para sua preparação. Antecipe e direcione seus estudos pagando apenas um valor fixo por mês. Nas carreiras: Tribunais, Polícia, Cartório, Fiscal, Carreira Jurídica ou Advocacia.